

Linda Est

Pioneirismo e tecnologia

Mangels
Empresa 100% Brasileira

Bracher fala com os banqueiros e acredita que "a reação foi boa"

por Paulo Sotero
de San José

Fernão Bracher

O encontro de duas horas que o ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, tiveram ontem com cerca de trezentos executivos de bancos credores do País, no Teatro Nacional de San José, parece ter removido parte substancial das resistências que alguns bancos vinham manifestando para aderir à proposta de acordo de renegociação da dívida, que eles começaram a receber no último dia 12.

"Acho que a reação foi boa", disse Bracher no final. Pelo número de cumprimentos de felicitação que ele e o diretor da Divisão Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas receberam de vários banqueiros, na saída, a apresentação parece ter ido bem. Fontes do comitê de bancos, que tem o difícil trabalho de vender o acordo juntamente com o governo brasileiro, mostravam-se animadas depois da reunião.

"Acho que as respostas de Bracher sobre a questão dos empréstimos das 63 são encorajadoras", disse a este jornal o representante de um banco da costa oeste dos EUA que recentemente reduziu substancialmente

suas linhas interbancárias e comerciais para o Brasil. Como se previa, as respostas de Bracher que encorajaram o banqueiro eram relativas à questão dos empréstimos de longo prazo feitos sob a Resolução nº 63 para os bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave, cuja liquidação extrajudicial foi decretada pelo Banco Central em dezenove de novembro do ano passado.

LIQUIDADOS

Reiterando a posição do governo brasileiro, segundo a qual este problema deve ser resolvido entre devedores e credores, o presi-

dente do BC comunicou aos banqueiros que os proprietários dos três bancos liquidados estão estudando uma proposta de solução. De acordo com a proposta, os bancos devedores pagariam o total dos débitos internos e externos ao valor do dia da liquidação. Em valores atuais, isso cobriria pouco mais da metade da dívida. O restante seria pago sob a forma de ações de uma entidade a ser formada com outros ativos dos três grupos. Depois de saldar seus débitos, os ex-proprietários poderiam pedir ao Banco Central a transformação da liquidação extra-judicial numa liquidação ordinária, explicou Bracher numa entrevista coletiva que concedeu após a reunião. "Eu disse aos bancos que, se os ex-donos das três instituições liquidadas apresentarem a proposta e os credores aceitarem, o Banco Central está disposto a apoiar.

AVALIAÇÃO

Durante a reunião com os banqueiros, Bracher foi perguntado, por exemplo, se o Banco Central avaliaria os ativos com os quais os proprietários do Comind, Auxiliar e Maisonnave constituiriam a nova empresa. Ele respondeu enfatizando que o Banco

Central não participa do processo. "Seriam eles mesmos, credores, que teriam de fazer essa avaliação, creio."

O presidente do BC respondeu a várias outras perguntas mais técnicas sobre as cláusulas de empréstimos e a concessão, pelo Banco Central, de recibos de pagamento relativos a juros.

No início da reunião, o ministro do Planejamento, João Sayad, fez uma apresentação sobre o Plano Cruzado e respondeu a algumas perguntas. William Rhodes, do Citibank, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty, e David Drury, do Lloyds Bank, os três dirigentes do comitê de bancos credores, formaram a mesa, juntamente com Sayad, Bracher e Seixas. Gerentes de bancos brasileiros em Nova York, que nas últimas semanas vinham demonstrando ansiedade sobre a possível não renovação de suas linhas, por causa da questão das 63, disseram que a reunião foi "positiva". Na avaliação de uma alta fonte do governo, algum banco pequeno poderá ficar pé e não aderir à renegociação. Mas esses problemas poderão ser contornados, como foram em renegociações passadas.

À procura de novas formas de empréstimo

Representantes de vários países latino-americanos não aceitaram as propostas dos Estados Unidos para a alteração da política de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas também não as rejeitaram inteiramente, disse ontem o subsecretário assistente do Tesouro dos EUA, James Conrow, em entrevista, logo após a cerimônia de abertura da 27ª reunião anual do organismo.

"Estamos procurando agora uma mudança de estratégia, para a definição de um novo tipo de empréstimo pelo BID", afirmou Conrow, para acrescentar que os Estados Unidos desejam acelerar tal processo, de maneira a permitir "o rápido desembolso de créditos de ajuste estrutural", segundo a UPI.

O lento processo de aprovação de empréstimos pelo BID, que levou à liberação de apenas US\$ 3 bilhões no ano passado, tem sido constantemente criticado por funcionários norte-americanos.

Conrow também expressou o desejo dos Estados Unidos de os novos empréstimos serem administrados por pessoal técnico composto por profissionais norte-americanos, canadenses e europeus.

Depois de afirmar que, embora os países da América Latina geralmente se oponham à recomendação norte-americana de mudar o voto atual, de maioria simples para maioria de 65%, para a aprovação de empréstimos, ele acrescentou que a proposta não chegou a ser rejeitada.

"Estamos dispostos a procurar alternativas, que deverão ser tratadas quando prosseguirmos com as discussões em Buenos Aires, em maio", disse.

Os Estados Unidos, com 40% de votos no BID, terão então maior poder de barganha. Segundo Conrow, as propostas de Washington para impor normas a respeito da concessão dos créditos são coerentes com o plano do secretário do Tesouro, James Baker, para resolver a crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

As objeções latino-americanas às propostas dos EUA foram comentadas pelo ministro das Finanças da Costa Rica, Porfirio Moreira Batres, eleito presidente da assembleia de governadores do BID:

"Existe algum grau de preocupação com as tentativas de alterar as funções normais do banco para convertê-lo em um instrumento a mais de controle do processo de ajuste econômico da América Latina", disse Batres para acrescentar: "Mas não seria legítimo, e sim arriscado, pedir para renunciarmos a traçar nossa própria política econômica. Cedo ou tarde esse caminho provocaria fissuras sociais que tornariam nossas sociedades ingovernáveis".

Por sua vez, o mexicano Antonio Ortiz Mena, que recentemente foi eleito para um quarto mandato de cinco anos como presidente do BID, com apoio dos Estados Unidos, afirmou que deve ser assegurado "um fluxo adequado de financiamento público e privado aos países da América Latina, e as taxas reais de juros devem retornar a seus níveis normais".

Segundo observadores, ele se referia ao principal objetivo dos Estados Unidos na reunião, que é afastar os empréstimos do BID, em favor de créditos que permitam o florescimento do setor privado.

Respondendo a seguir às críticas a respeito do ritmo lento dos empréstimos nos últimos três anos, Ortiz Mena disse que embora o banco tenha um volume significativo de recursos, não pôde desembolsar tudo quanto pretendia por causa do estancamento econômico da América Latina.

Terminado o discurso de abertura da reunião, feito por Ortiz Mena, os participantes foram recebidos pelo presidente da Costa Rica, Luis Alberto Monge. E, mais tarde, vários deles reuniram-se com representantes da Nicarágua, que querem discutir o refinanciamento da dívida do país.

"Queremos continuar nosso diálogo com os banqueiros, por desejarmos permanecer no sistema financeiro ocidental", disse o vice-ministro de Cooperação Externa, Pedro Antonio Blandon. E acrescentou que seu país protestaria, durante as reuniões, contra o fato de um empréstimo do BID não ter sido aprovado por causa de um único voto, o dos Estados Unidos.